

**EVOLUÇÃO RECENTE DAS RENDAS PER
CAPITA ESTADUAIS NO BRASIL:
O QUE A NOVA EVIDÊNCIA MOSTRA**

Afonso Henriques Borges Ferreira

*Professor do Departamento de Ciências Econômicas e do Centro de
Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), da Universidade
Federal de Minas Gerais (UFMG)*

Resumo: *Analisa o processo de convergência entre as rendas per capita (RPC) dos estados do Brasil entre 1970 e 1992. Conclui que, no período, houve convergência de RPC até 1985, com conseqüente redução da desigualdade inter-regional. Tal convergência depende de investimentos públicos e privados em áreas novas e/ou atrasadas, de forma mais intensa que nas regiões mais desenvolvidas. O estudo sugere que, em sua maioria, os movimentos das RPC relativas (e dos índices de desigualdade), entre 1986 e 1992, refletem influência de fatores conjunturais; não seriam tendências de longo prazo, necessariamente.*

Palavras-chave: *Renda Per Capita; Desenvolvimento Regional
Disparidade Econômica; Brasil.*

Vários estudos publicados nos últimos dois anos apontaram para a ocorrência de um processo de convergência entre as rendas *per capita* (RPC) dos estados no Brasil, entre 1970 e 1985 (AZZONI, 1994⁽³⁾; ELLERY Jr. e FERREIRA, 1994⁽⁵⁾; FERREIRA e DINIZ, 1995⁽⁷⁾; FERREIRA, 1995⁽⁶⁾).

Em conseqüência da suspensão da realização dos censos econômicos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FUNDAÇÃO IBGE), estimativas fidedignas da renda interna dos estados para o período pós-1985 não se achavam disponíveis até recentemente*. Com a publicação, no final de 1995, do trabalho de SILVA, CONSIDERA, VALADÃO e MEDINA (1995)⁽⁹⁾, entretanto, tornou-se possível, afinal, estender a análise do processo de convergência no Brasil à segunda metade da década de 80 e início dos anos 90, com fundamento em dados de qualidade pelo menos similar à daqueles utilizados anteriormente, no exame da evolução do mesmo processo, ao longo dos quinze anos compreendidos entre 1970 e 1985.

Passando, de uma vez, a tal análise, a TABELA 1 mostra a razão entre as rendas *per capita* dos estados e a RPC do Brasil, entre 1970 e 1992**. O exame dessa tabela revela que:

- a) comparando-se as informações relativas a 1992 com as referentes a 1970, constata-se que as rendas *per capita* de nada menos do que dezenove estados convergiram para a média nacional, nesse período;
- b) os casos de divergência correspondem aos estados de Rondônia, Roraima e Amapá, cujas rendas *per capita* divergem para baixo, isto é, reduzem-se, como proporção da média nacional, entre o primeiro e o último ano considerados, e ao Distrito Federal, cuja RPC diverge para cima, entre aqueles mesmos anos. As rendas por habitantes dos estados do Paraná e Santa Catarina passaram de valores inferiores para valores superiores à média brasileira,

* Em alguns dos estudos mencionados acima, assim como em RODRIGUES (1993)⁽¹⁾, aproximações foram tentadas para as rendas internas estaduais em 1990. De modo geral, porém, esses esforços produziram resultados pouco satisfatórios, dada a precariedade (admitida pelos próprios autores) das hipóteses e procedimentos em que se basearam.

** Para os anos não censitários, as alternativas da população dos estados, em que se baseou o cálculo das RPC estaduais, foram obtidas por interpolação, utilizando-se as taxas médias anuais de crescimento demográfico verificadas entre os anos de 1970 e 1980, para estimar a população em 1975, e entre os anos de 1980 e 1991, para a estimativa da população no período 1985-1990 e no ano de 1992.

encontrando-se, de todo modo, em 1992, mais próximas desta última do que em 1970;

- c) os estados que apresentaram ganhos mais expressivos em sua situação relativa (dada pela razão entre a renda *per capita* estadual e a RPC brasileira), no período examinado, em ordem decrescente, Paraná, Sergipe, Minas Gerais, Amazonas, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Mato Grosso, Santa Catarina e Goiás;
- d) de outro lado, perderam posição relativa, de acordo com o mesmo critério, entre 1970 e 1992, os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Amapá, Rondônia, Roraima e Rio Grande do Sul.

TABELA 1
Brasil - Rendas *per capita* Estaduais e Regionais como Proporção da Renda *per capita* do Brasil
1970-1992 (continua)

Estado e Regiões	Anos											
	970	1975	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	
NORTE	0,58	0,51	0,67	0,76	0,77	0,78	0,79	0,81	0,78	0,74	0,68	
Rondônia	0,87	0,58	0,69	0,90	0,78	0,76	0,73	0,74	0,75	0,76	0,66	
Acre	0,58	0,35	0,48	0,55	0,54	0,54	0,59	0,70	0,70	0,70	0,73	
Amazonas	0,70	0,72	0,96	1,11	1,09	1,11	1,16	1,12	1,13	0,97	0,91	
Roraima	0,78	0,67	0,65	0,73	0,83	0,80	0,95	0,92	0,90	0,71	0,63	
Pará	0,49	0,43	0,57	0,62	0,65	0,66	0,64	0,69	0,64	0,64	0,59	
Amapá	0,95	0,48	0,59	0,74	0,81	0,93	0,98	0,95	0,93	0,80	0,71	
NORDESTE	0,40	0,39	0,41	0,48	0,49	0,48	0,49	0,49	0,48	0,49	0,48	
Maranhão	0,27	0,24	0,26	0,30	0,34	0,33	0,35	0,34	0,34	0,32	0,31	
Piauí	0,21	0,22	0,21	0,24	0,26	0,25	0,26	0,25	0,28	0,26	0,23	
Ceará	0,32	0,30	0,34	0,38	0,39	0,38	0,38	0,38	0,38	0,42	0,43	
Rio Grande do Norte	0,33	0,38	0,40	0,55	0,57	0,64	0,64	0,66	0,55	0,60	0,54	
Paraíba	0,29	0,30	0,29	0,31	0,32	0,34	0,31	0,33	0,36	0,37	0,35	
Pernambuco	0,54	0,51	0,49	0,50	0,49	0,51	0,51	0,55	0,53	0,56	0,55	
Alagoas	0,41	0,38	0,40	0,44	0,40	0,44	0,40	0,43	0,50	0,46	0,46	
Sergipe	0,46	0,43	0,41	0,72	0,79	0,81	0,74	0,77	0,80	0,74	0,74	
Bahia	0,48	0,48	0,56	0,67	0,66	0,62	0,63	0,63	0,60	0,58	0,59	
SUDESTE	1,52	1,47	1,43	1,37	1,36	1,37	1,38	1,37	1,37	1,38	1,37	
Minas Gerais	0,68	0,75	0,85	0,89	0,87	0,86	0,87	0,87	0,87	0,88	0,90	
Espírito Santo	0,71	0,65	0,88	0,98	1,02	0,87	0,92	0,95	0,91	0,92	0,92	
Rio de Janeiro	1,66	1,53	1,40	1,28	1,32	1,35	1,28	1,30	1,28	1,29	1,26	
São Paulo	2,06	1,95	1,80	1,68	1,66	1,68	1,71	1,69	1,69	1,70	1,68	
SUL	0,96	1,08	1,08	1,11	1,10	1,07	1,03	1,02	1,05	1,03	1,12	
Paraná	0,74	0,95	0,91	1,01	1,00	0,99	0,94	0,92	0,95	0,99	1,10	
Santa Catarina	0,89	0,95	1,12	1,11	1,13	1,07	1,05	1,04	1,05	0,98	1,07	
Rio Grande do Sul	1,22	1,28	1,22	1,21	1,19	1,15	1,11	1,11	1,13	1,09	1,17	

TABELA 1
Brasil - Rendas *per capita* Estaduais e Regionais como Proporção
da Renda *per capita* do Brasil
1970-1992 (conclusão)

Estado e Regiões	Anos										
	970	1975	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
CENTRO-OESTE	0,68	0,73	0,81	0,82	0,86	0,88	0,93	0,94	0,97	0,97	0,92
Mato Grosso*	0,65	0,64	0,82	0,75	0,84	0,83	0,88	0,85	0,87	0,90	0,85
Goiás**	0,50	0,56	0,59	0,63	0,66	0,67	0,67	0,63	0,70	0,72	0,67
Distrito Federal	1,79	1,70	1,55	1,58	1,51	1,65	1,85	2,12	2,05	1,95	1,88

FONTES: Estimativas do autor a partir de informações contidas em ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL⁽¹⁾ e SILVA, CONSIDERA, VALADÃO e MEDINA (1995)⁽⁹⁾.

TABELA 2
BRASIL: Distribuição interestadual da renda
Estimativas dos índices THEIL-L, THEIL-T e σ
1970-1992

Ano	THEIL-L	THEIL-T	σ	RPC estado mais rico*** /RPC estado mais pobre****
1970	0,216	0,200	0,645	9,75
1975	0,203	0,180	0,662	8,90
1980	0,164	0,143	0,564	8,44
1985	0,127	0,111	0,480	6,96
1986	0,119	0,105	0,459	6,33
1987	0,122	0,109	0,469	6,73
1988	0,124	0,111	0,486	7,16
1989	1,121	0,109	0,505	8,40
1990	0,120	1,109	0,493	7,35
1991	0,118	0,108	0,487	7,64
1992	0,122	0,109	0,498	8,02

FONTE: Estimativas do autor, a partir de informações contidas em ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL⁽¹⁾ e SILVA, CONSIDERA, VALADÃO e MEDINA (1995)⁽⁹⁾.

* Dado referente aos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

** Dado referente aos estados de Goiás e Tocantins.

*** Até 1987, o estado de São Paulo; a partir de 1988, o Distrito Federal.

**** Estado do Piauí.

As informações da TABELA 1 foram utilizadas para estimar os índices "L" e "T" de Theil, mostrados na TABELA 2. Tais índices, como se sabe, são dados por:

$$L = \sum_{i=1}^{25} p_i \ln (p_i / y_i)$$

$$T = \sum_{i=1}^{25} y_i \ln (y_i / p_i)$$

onde:

p_i = participação da população do estado "i" na população do País;
 y_i = participação da renda do estado "i" na renda interna;
 \ln = logaritmo natural*.

Para uma distribuição interestadual da renda perfeitamente igualitária, definida como a situação em que todos os estados apresentam a mesma renda *per capita*, os índices THEIL-L e THEIL-T serão iguais a zero. Enquanto este é o seu valor mínimo, não há valor máximo para os dois índices.

Na mesma tabela, juntamente com os valores estimados dos índices "L" e "T" de THEIL, são apresentadas também estimativas para o coeficiente " σ ", dado pela razão entre o desvio-padrão e a média das rendas *per capita* estaduais:

$$\sigma = (1/Y^*) [\sum (Y_i - Y^*)^2 / (n-1)]^{1/2},$$

onde:

Y_i = renda *per capita* do estado "i";
 Y^* = média das rendas *per capita* estaduais**;
 n = número de estados.

Valores de zero para σ novamente indicam, como resulta óbvio do exame da expressão acima, a perfeita igualdade na distribuição da renda entre os estados.

* A razão " y_i/p_i ", como é óbvio, corresponde aos dados da TABELA 1.

** Enquanto " Y^* " é uma média aritmética simples, o que, nas demais passagens do texto, se designou como média nacional ou brasileira correspondente à média aritmética, ponderada pela população, das RPC estaduais.

A evolução dos índices “L” e “T” sugere que o período 1970-1992 pode ser dividido em duas fases distintas, no que diz respeito ao processo de convergência entre as rendas *per capita* estaduais no Brasil. Na primeira fase, de 1970 a 1986, aqueles índices tenderam a se reduzir, vindo a alcançar, em 1986, um valor equivalente a pouco mais da metade daquele observado em 1970. A partir daí, os índices “L” e “T” deixam de apresentar uma tendência definida, registrando tão-somente pequenas oscilações em torno de um nível ligeiramente superior àquele alcançado em 1986. Esse mesmo padrão é observado, *grosso modo*, na evolução do índice “σ”.

A TABELA 3 mostra, na sua primeira linha, o índice “L_r”, que mede a desigualdade na distribuição inter-regional da renda, calculado também com base nos dados da TABELA 1, de forma análoga ao índice “L”, a partir da participação de cada região na renda interna e população do País, correspondendo, assim, a:

$$L_r = \sum_{r=1}^5 p_r \ln p_r / y_r$$

onde:

p_r = participação da região “r” na população do Brasil;

y_r = participação da região “r” na renda interna.

No que diz respeito à distribuição inter-regional da renda, o quadro que resulta do exame da TABELA 3 não difere significativamente daquele descrito acima para a evolução da distribuição da renda entre os estados. A desigualdade inter-regional se reduz, entre 1970 e 1986, com o valor do índice “L_r” passando de 0,148 para 0,086, entre aqueles dois anos. A partir daí, não se observam mais variações significativas naqueles índices.

Examinando o processo de convergência entre as RPC estaduais, no período 1970-1985, FERREIRA e DINIZ (1995), p. 45⁽⁷⁾, valendo-se de análise originalmente desenvolvida em DINIZ (1993)⁽⁸⁾, sugeriram que tal processo “decorreu de um conjunto de fatores relacionados com a ação da política econômica e com a lógica econômica da competição e da localização”, destacando entre outros: “o desenvolvimento e a ampliação da infraestrutura básica; o movimento das fronteiras agrícola e mineira; a ação direta do Estado em termos de investimentos e concessão de subsídios e incentivos fiscais; a crise econômica e política do Rio de Janeiro; a reversão da polarização industrial da área metropolitana de São Paulo; e os movimentos migratórios e as alterações na distribuição regional da população”.

No período 1986-1992, a maior parte dessas forças cessou de operar, levando, como seria de se esperar, à interrupção evidenciada do processo de convergência. Com efeito, a convergência de rendas *per capita* depende crucialmente da expansão do investimento público e privado nas áreas novas e/ou atrasadas (de menor renda *per capita*), a um ritmo mais acentuado do que o verificado nas áreas já desenvolvidas (de renda *per capita* mais elevada). No contexto de crise fiscal e recessão econômica que caracterizou o período em exame, o investimento privado, os investimentos do Governo e das empresas estatais (principalmente em infra-estrutura básica e na produção de bens intermediários) e os incentivos fiscais e subsídios de crédito sofreram significativa redução, disso resultando o arrefecimento do processo de convergência entre as RPC estaduais.

Essa mesma redução dos investimentos em infra-estrutura básica e dos incentivos fiscais e subsídios, somada ao fato de ter-se completado em boa medida, no período, o processo de ocupação de áreas novas no País, levaria a expansão das fronteiras agrícola e mineral a perder impulso.

Por último, a crise econômica, que atingiu mais fortemente os estados mais industrializados e de maior renda *per capita*, tendeu a desestimular os movimentos de população em direção àqueles estados, contribuindo, também por esse lado, para arrefecer o processo de convergência.

Embora os resultados agregados apresentados acima sugiram que a distribuição interestadual e inter-regional da renda se manteve basicamente inalterada, entre 1986 e 1992, mudanças significativas não deixaram de se verificar na posição relativa de alguns estados e regiões, naquele período.

Assim, por exemplo, do ponto de vista da relação entre as RPC estadual e nacional, o Distrito Federal (desde 1986) e os estados do Acre (a partir de 1989) e Paraná (em 1992) apresentaram melhoras significativas de sua posição relativa, enquanto os estados de Roraima, Amazonas, Rondônia, Espírito Santo e Amapá experimentaram perdas, até certo ponto expressivas (no caso dos estados da Região Norte mencionados, tais perdas se restringiram aos dois últimos anos do período considerado).

Essas diferenças de *performance* tornam-se mais evidentes quando se consideram as estimativas das rendas *per capita* regionais como proporção da média nacional, mostradas na TABELA 1:

- a) as razões entre as rendas *per capita* das regiões Nordeste e Sudeste e a RPC nacional, depois de terem, respectivamente, se elevado

(de 0,40 para 0,48) e decrescido (de 1,52 para 1,37), entre 1970 e 1985, se mantiveram praticamente constantes, a partir daquele último ano, com o que a distância relativa, em termos de renda por habitante, entre as regiões mais pobres e mais rica do País, vem-se conservando inalterada, desde meados da década de 80;

- b) a RPC da Região Norte, que se elevava de 58% para 81% da renda *per capita* do País, entre 1970 e 1989, declina, como proporção da RPC nacional, a partir de 1990, reduzindo-se a apenas 68% do valor desta última, em 1992, movimento devido, principalmente, à crise da colonização do estado de Rondônia e à crise da Zona Franca de Manaus, que se seguiu ao processo de liberação de importações e abertura da economia brasileira ao exterior, iniciado em 1990;
- c) no caso da RPC da Região Centro-Oeste, a convergência para a renda por habitante do País é clara, tendo a renda *per capita* regional passado de 68% da média nacional, em 1970, para perto de 80%, em 1980-1985, e mais de 90% a partir de 1988. A par do bom desempenho relativo das economias de Mato Grosso (entre 1988 e 1991) e de Goiás (em 1990-1991), contribuiu para esta melhora da posição relativa da Região o significativo aumento da renda *per capita* do Distrito Federal, associado provavelmente à elevação real dos salários do funcionalismo federal, ocorrida no Governo Sarney. Observe-se que, em 1988, o DF ultrapassou São Paulo, passando a constituir-se, desde então, na unidade da Federação de renda *per capita* mais elevada;
- d) por último, a renda *per capita* da Região Sul oscilou em torno da RPC nacional, no período considerado, tendendo a declinar, a partir de 1986, como proporção daquela.

No que diz respeito à evolução das desigualdades intra-regionais, são também bastante diversificadas as tendências observadas entre as cinco regiões, no período pós-1985, como mostra a TABELA 3*:

* Os índices "L," comentados abaixo, são dados por $L_r = \sum p_i \ln (p_i / y_i)$, onde "p_i" é a participação do estado "i" na população da região "r" e "y_i" é a participação do estado "i" na renda da região "r".

- a) na Região Norte, o índice "L," de desigualdade intra-regional oscila entre os valores de 0,021 e 0,034, entre 1970 e 1990, sem apresentar uma tendência definida, reduzindo-se, porém, em 1991-1992, para 0,015, queda devida, principalmente, às já mencionadas dificuldades atravessadas pelas economias do Amazonas e de Rondônia, dois dos estados de maior população e de maior renda *per capita* na região;
- b) na Região Nordeste, o mesmo índice se eleva, entre 1970 e 1985, mas volta a se reduzir, a partir daí, assumindo, em 1992, valor praticamente igual ao de 1970. A distância entre as rendas *per capita* dos três estados de maior população na Região se reduziu, no período mais recente, com a perda de posição relativa da Bahia e a recuperação das economias de Pernambuco e Ceará, movimentos que, conjugados, explicam a diminuição observada no índice de desigualdade intra-regional;
- c) na Região Sudeste, que apresentava o mais elevado índice de desigualdade intra-regional em 1970, o rápido processo de convergência, observado entre 1970 e 1985, perde fôlego, na segunda metade da década de 80, com o valor do índice "L," praticamente se estabilizando, a partir daí;
- d) na Região Sul, o processo de convergência entre as rendas *per capita* estaduais avançou praticamente sem interrupção, no período analisado, com o índice "L," se reduzindo para 0,001, em 1992, o mais baixo índice de desigualdade intra-regional verificado no País, naquela ano;
- e) por último, na Região Centro-Oeste, a tendência de convergência observada entre 1970 e 1986, se reverteu, com o índice de desigualdade intra-regional se elevando a 0,105, em 1989, e decrescendo, a partir desse ano, sem, entretanto, retornar, em 1992, ao piso alcançado anteriormente. No último ano para o qual se dispõe da informação, a Região Centro-Oeste, dentre as cinco macrorregiões em que convencionalmente se divide o País, era a que apresentava o mais elevado índice de desigualdade intra-regional. Esse aumento da desigualdade intra-regional se explica pela ampliação da diferença entre a renda *per capita* do Distrito Federal e as rendas *per capita* de Mato Grosso e Goiás, ocorrida a partir de 1986.

A discussão conduzida acima sugere que a maior parte dos movimentos das PRC relativas e, portanto, dos índices de desigualdade, ocorridos entre 1986 e 1992, refletem a influência de fatores conjunturais, não se constituindo, necessariamente, em tendências de longo prazo. Essas são determinadas fundamentalmente pela distribuição espacial do capital e da população, que sofreu mudanças relativamente pouco expressivas, no contexto de crise econômica que caracterizou o período objeto da análise desenvolvida nesta nota.

Resta ver se a nova situação de retomada do crescimento econômico, surgida a partir de 1993, o que CANO (1995)⁽³⁾ chamou de "ocaso" das políticas de desenvolvimento regional, relacionado com o movimento de redução do papel do Estado na economia, transformará o que parece ter sido um fenômeno de natureza conjuntural - a interrupção do processo de convergência entre as rendas *per capita* estaduais, entre 1986 e 1992 - numa tendência mais duradoura.

TABELA 3

BRASIL: Distribuição inter-regional e intra-regional da renda.
Estimativas dos Índices L_r e L_i

Região	Anos										
	1970	1975	1980	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992

Desigualdades intra-regionais

(índice L_r)	0,148	0,148	0,123	0,090	0,086	0,087	0,087	0,083	0,086	0,086	0,090
-----------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Desigualdades intra-regionais

(continua)

(índice L_i)											
Norte	0,021	0,031	0,028	0,034	0,026	0,028	0,033	0,022	0,030	0,015	0,016
Nordeste	0,039	0,040	0,045	0,053	0,047	0,045	0,045	0,045	0,034	0,035	0,038
Sudeste	0,107	0,081	0,047	0,034	0,033	0,038	0,039	0,036	0,038	0,037	0,035

Desigualdades intra-regionais

(conclusão)

(índice L)											
Sul	0,026	0,011	0,00 9	0,003	0,003	0,002	0,002	0,003	0,003	0,001	0,001
Centro- Oeste	0,096	0,083	0,06 5	0,060	0,046	0,056	0,071	0,105	0,082	0,069	0,073

FONTE: Estimativas do autor a partir de informações contidas em ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL⁽¹⁾, e em SILVA, CONSIDERA, VALADÃO e MEDINA (1995)⁽⁹⁾.

Abstract: The paper analyses the convergence of per capita incomes of the states of Brazil during the period 1970-1992. It comes to the conclusion that there was convergence until 1985, with consequent softening of interregional inequality. Such convergence depends on intensity of public and private investments in undeveloped areas. The work suggests that the oscillation of relative per capita incomes (as well as the indicators of inequality), between 1986 and 1992, are result of business cycles, not of long-term trends, necessarily.

Key Words: Per Capita Income; Regional Development; Economic Disparity; Brazil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1993. Rio de Janeiro, 1993.
2. AZZONI, C. Crescimento econômico e convergência das rendas regionais: o caso brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24, 1994. *Anais...* s. l: ANPEC, 1994. v. 1, p. 185-205.
3. CANO, W. Auge e inflexão da desconcentração econômica no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 24, 1994. *Anais...* s. l: ANPEC, 1994. v. 2, p. 628-642.
4. DINIZ, C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia* v. 3, n. 1, p. 35-64, 1993.
5. ELLERY JR., R, FERREIRA. P. Crescimento econômico e convergência entre as rendas dos estados brasileiros. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA. *Anais...* s. l, 1994. p. 264-286.

6. FERREIRA, A. *A Distribuição interestadual da renda no Brasil*. Belo Horizonte, 1995 (CEDEPLAR, 92).
7. FERREIRA, A, DINIZ, C. Convergência entre as rendas *per capita* estaduais no Brasil. *Revista de Economia Política* v. 15, n. 4, p. 38-56, 1995.
8. RODRIGUES, M. O PIB dos estados brasileiros. *Conjuntura Econômica*. v. 31, p. 82-84, dez. 1993.
9. SILVA, A., CONSIDERA, C., VALADÃO, L., MEDINA, M. *Produto interno bruto por Unidade da Federação*. Rio de Janeiro: IPEA, 1995.

Recebido para publicação em 06.08.96